

## I - SECTOR DAS TELECOMUNICAÇÕES

### a) Legislação comunitária

- **Diretiva n.º 2002/19/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações eletrónicas e recursos conexos (Diretiva acesso).**  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002L0019:PT:HTML>
- **Diretiva n.º 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (Diretiva autorização).**  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002L0020:PT:HTML>
- **Diretiva n.º 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas (Diretiva-quadro).**  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002L0021:PT:HTML>
- **Diretiva n.º 2002/22/CE do Parlamento Europeu e Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas (Diretiva serviço universal).**  
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002L0022:PT:HTML>
- **Diretiva n.º 2002/77/CE da Comissão, de 16 de Setembro de 2002, relativa à concorrência nos mercados de redes e serviços de comunicações eletrónicas.**  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002L0077:PT:HTML>
- **Diretiva n.º 2009/140/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, que altera a Diretiva 2002/21/CE relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações eletrónicas, a Diretiva 2002/19/CE relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações eletrónicas e recursos conexos e a Diretiva 2002/20/CE relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas.**  
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:337:0037:01:PT:HTML>
- **Diretiva n.º 2009/136/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, que altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas, a Diretiva 2002/58/CE relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas e o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 relativo à**

cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:337:0011:01:PT:HTML>

**b) Legislação nacional**

- Decreto-Lei n.º 40/95, de 15 de Fevereiro de 1995, aprova as bases da concessão do serviço público de telecomunicações.

<http://dre.pt/pdf1sdip/1995/02/039A00/09690978.pdf>

- Decreto-Lei n.º 458/99, de 5 de Novembro de 1999, define o âmbito do serviço universal de telecomunicações e estabelece os respetivos regimes de fixação de preços e de financiamento.

<http://dre.pt/pdf1sdip/1999/11/258A00/77037707.pdf>

- Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de Fevereiro de 2003, altera as bases da concessão do serviço público de telecomunicações, revogando o Decreto-Lei n.º 40/95, de 15 de Fevereiro de 1995.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2003/02/040A00/10441052.pdf>

- Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro de 2004, aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e revoga o Decreto-lei n.º 458/99, de 5 de Novembro de 1999.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2004/02/034A00/07880821.pdf>

- Lei n.º 51/2011, de 13 de Setembro de 2011, altera a Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Diretivas Comunitárias n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE e 2009/140/CE.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/09/17600/0438304461.pdf>

**II - SECTOR POSTAL**

**a) Legislação comunitária**

- Diretiva n.º 97/67/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997, relativa às regras comuns para o desenvolvimento do mercado interno dos serviços postais comunitários e a melhoria da qualidade de serviço.

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1998:015:0014:0025:PTDF>

- Diretiva 2002/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Junho de 2002, que altera a Diretiva 97/67/CE no que respeita à prossecução da abertura à concorrência dos serviços postais da Comunidade.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002L0039:PT:HTML>

- Directiva 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2008, que altera a Directiva 97/67/CE no respeitante à plena realização do mercado interno dos serviços postais da Comunidade.

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:052:0003:01:PT:HTML>

#### b) Legislação nacional

- Lei n.º 102/99, de 26 de Julho de 1999, define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, gestão e exploração de serviços postais no território nacional, bem como os serviços internacionais com origem ou destino no território nacional. Procede à transposição da Diretiva Postal.

<http://dre.pt/pdf1sdip/1999/07/172A00/46564660.pdf>

- Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de Novembro de 1999, aprova as bases da concessão do serviço postal universal, a outorgar entre o Estado Português e os CTT - Correios de Portugal, S. A. Desenvolve a Lei n.º 102/99.

<http://dre.pt/pdf1sdip/1999/11/257A00/75847593.pdf>

- Decreto-Lei n.º 116/2003, de 12 de junho de 2003, Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Junho, altera as bases da concessão do serviço postal universal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de Novembro, altera o Decreto-Lei n.º 150/2001, de 7 de Maio, que estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência, e altera a Lei n.º 102/99, de 26 de Julho, que define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, a gestão e a exploração

de serviços postais no território nacional, bem como os serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2003/06/135A00/34803484.pdf>

- Decreto-Lei n.º 112/2006, de 9 de Junho de 2006, altera as bases gerais da concessão do serviço postal universal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de Novembro, e cria o serviço público de caixa postal eletrónica.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/06/112A00/41134116.pdf>